

TRABALHO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

Work and Youth and Adult Education in a land reform settlement

AQUINO, Evely Cristine Pereira¹

BRITO, José Eustáquio²

COSTA, Vânia Aparecida³

RESUMO

O artigo aborda o trabalho no campo como ponto de encontro de narrativas de sujeitos sem-terra acerca de suas trajetórias de escolarização. O texto deriva de pesquisa realizada no assentamento Dois de Julho, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado nos municípios de Betim e Esmeraldas, Minas Gerais. Os processos de escolarização na infância, na adolescência e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constituíram-se o eixo das entrevistas temáticas realizadas na perspectiva da história oral. As narrativas recolhidas evidenciaram dimensões das trajetórias humanas dos sujeitos da EJA entrelaçadas por experiências coletivas, entre elas, as atividades de trabalho. Neste artigo, as relações com o trabalho emergem como ponto de encontro das narrativas dos sujeitos da pesquisa, configurando-se uma dimensão fundamental para a reflexão sobre a EJA do campo.

Palavras-chave: Trabalho. Educação de Jovens e Adultos. Reforma Agrária.

ABSTRACT

The article discusses the work in the field as a meeting point of landless subjects narratives about their schooling trajectories. The text is derived from research conducted in the settlement July Two, the Rural Workers Landless Movement (MST), located in the cities of Esmeraldas and Betim, Minas Gerais. Education processes in childhood, adolescence and Youth and Adult Education (EJA) were constituted the axis of thematic interviews from the perspective of oral history. The narratives collected showed dimensions of human trajectories of the subjects of EJA interlaced collective experiences, among them work activities. In this article, the relationship with the work emerge as a meeting point of the narrative of the research subjects, setting a critical dimension to the debate on the EJA field.

Keywords: Work. Youth and Adult Education. Land reform.

¹ Mestre em Educação Programa de Pós-Graduação Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FAE/UEMG), Graduada em Pedagogia. Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH). E-mail: <evelyaquino@hotmail.com>.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Programa de Pós-Graduação Educação e Formação Humana da FAE/UEMG, Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Relações Étnico-Raciais da FAE/UEMG. E-mail: <jeustbrito@uol.com.br>.

³ Doutora em Educação e professora do Programa de Pós-Graduação Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da FAE/UEMG. E-mail: <vania.costa@uemg.br>.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo, entendida como “[...] *um fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (CALDART, 2012, p. 257, grifos da autora), tem chamado atenção para a educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária e, desse modo, impulsionado a produção de experiências, políticas públicas e pesquisas sobre essa temática. Nesse contexto, em 1998, é criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como uma política pública de educação do campo. A experiência histórica do PRONERA orientou o foco da pesquisa⁴ para um projeto de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, especificamente vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Minas Gerais. A partir desse critério, identificamos o programa de extensão Educação, Campo e Consciência Cidadã, desenvolvido em quatro projetos no período de 2000 a 2011 em assentamentos e acampamentos vinculados ao MST e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

Em fase preliminar da pesquisa, recorreremos aos relatórios parciais e finais do referido projeto de extensão, sob a guarda do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos, da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (NEPEJA/FaE/UEMG), para o mapeamento das áreas do MST que participaram das quatro edições do projeto. Desse modo, foi identificado o assentamento Dois de Julho, ocupado em 1999, como local potencial a ser investigado. Esse assentamento, localizado nos municípios de Betim e Esmeraldas, que integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte, constituiu uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ano 2000 vinculada ao Movimento de Educação de Base (MEB), e que, em dezembro do mesmo ano, foi inserida no Projeto Educação, Campo e Consciência Cidadã. A presença da luta pela educação desde os primeiros anos da ocupação e o acúmulo de experiências em atividades do PRONERA foram elementos fundamentais para a escolha do assentamento Dois de Julho como local de realização da pesquisa, além da proximidade relativa de Belo Horizonte, o que facilitou os deslocamentos durante a pesquisa de campo.

Os relatórios do Projeto Educação, Campo e Consciência Cidadã indicam uma média de 12 educandos cadastrados no Dois de Julho em cada projeto. Esses documentos, juntamente com as observações feitas em campo, evidenciaram a predominância de um público adulto e idoso nas turmas de EJA. A inserção no campo da pesquisa foi viabilizada, inicialmente, mediante contato com um representante do Setor de Educação do MST/MG e, em outros momentos, com o acompanhamento de uma das lideranças do assentamento durante toda a pesquisa de campo. A partir das observações feitas no assentamento, da aproximação em relação aos sujeitos e da leitura de documentos relacionados ao assentamento, foi possível reconstruir o problema e os objetivos da pesquisa. Desse modo, investigamos as trajetórias de escolarização de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra tendo por eixo a inserção nos projetos desenvolvidos no interior do PRONERA.

⁴ A referida pesquisa resultou na dissertação de mestrado intitulada “Trajetórias humanas de homens e mulheres da educação de jovens e adultos e a tensa luta pela leitura da palavra em um assentamento de reforma agrária”, defendida por Evelyn Cristine Pereira Aquino, na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Dentre o conjunto de questões refletidas na pesquisa, conferimos destaque, neste artigo, à relação trabalho-educação nas trajetórias dos sujeitos da EJA do assentamento Dois de Julho. Na primeira parte, fazemos uma apresentação do campo da pesquisa, apontando desafios postos pela dinâmica de um assentamento de reforma agrária localizado no entorno de um centro urbano. Em seguida, descrevemos as principais decisões tomadas no processo de pesquisa referentes à abordagem teórico-metodológica e à produção dos dados que subsidiaram sua realização. Na terceira parte do texto, abordamos a questão do trabalho no assentamento, suas dimensões formativas e os vínculos com a educação. Concluímos o artigo destacando o quanto as múltiplas vivências dos sujeitos da pesquisa no mundo do trabalho e na luta pelo direito à terra apontam questões relevantes para a compreensão da relação dos sujeitos da EJA com o conhecimento escolar.

O CAMPO DA PESQUISA: O ASSENTAMENTO DOIS DE JULHO

O assentamento Dois de Julho possui 821,0519ha que abrangem os municípios de Betim e Esmeraldas. O rio Paraopeba faz a divisa do assentamento com o município de Juatuba. A área em Betim localiza-se no bairro Vianópolis, que fica às margens da rodovia MG-050, sua principal via de acesso, e o situa a, aproximadamente, 15 km do centro do município. O entorno do assentamento comporta diferentes configurações do rural: fazendas, que em certos momentos absorvem a mão de obra de moradores do assentamento, condomínios e hotéis-fazenda, que servem de refúgio para a classe média da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O assentamento ocupa as terras da antiga fazenda Ponte Nova. De acordo com material produzido pela Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE)⁵, em 2011, “a fazenda Ponte Nova fazia parte de um complexo de fazendas ligada à fazenda Serra Negra” (FUNARBE, 2011, p. 50), datada do século XVIII. As propriedades abasteciam a região mineradora de Minas Gerais com produtos agropecuários. Durante os séculos XIX e XX, a antiga fazenda Ponte Nova foi importante para o desenvolvimento do distrito de Vianópolis, atualmente denominado Regional Vianópolis. A decadência da propriedade deu-se com a morte de seu proprietário nos anos de 1980. Ela ficou sob a responsabilidade de um dos herdeiros, Marcos Paula Ferreira:

Dado seu insucesso na gestão da fazenda, Marcos passou a viver da cobrança de pedágio de pescadores que atuavam às margens do Rio Paraopeba e do desmatamento ilegal para a produção de carvão vegetal, feito em carvoarias implantadas clandestinamente dentro da propriedade. Relatos orais denunciam que havia trabalho compulsório na Fazenda. Por esta razão, recebeu sucessivas multas das autoridades ambientais e do trabalho, e a Fazenda Ponte Nova foi declarada improdutiva pelo INCRA em 1999, quando foi ocupada pelo MST. (FUNARBE, 2011, p. 62-63)

5 Este material, publicado em 2011, é o *Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico do Assentamento Dois de Julho*, produzido pela Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE), Prefeitura de Betim e Miguilim – Cultura e Meio Ambiente. O material compõe os documentos do processo de tombamento do Núcleo Histórico do Assentamento pela importância econômico-social da antiga fazenda Ponte Nova para história de Betim. O perímetro de tombamento compreende uma área de 85.491 m². A leitura do Dossiê foi indicada pelo coordenador do assentamento durante a pesquisa de campo. Disponível em: <http://www.betim.mg.gov.br/patrimoniocultural/bens_tombados_e_inventariados>. Acesso em: 14 maio 2013.

O nome do assentamento Dois de Julho faz referência à data de ocupação da antiga fazenda. Os trabalhadores organizados produziram uma paisagem em que coexistem edificações do século XIX⁶ e barracas de lona típicas do processo de ocupação. O antigo, carregado de memórias da concentração fundiária em decadência nesse contexto, encontra-se atravessado pela configuração contemporânea da força da luta coletiva pela terra.

As famílias ali instaladas moravam principalmente em Betim, Contagem e Ibirité, nas adjacências de áreas industriais. Na ocupação, organizaram-se no entorno das edificações da antiga fazenda, mapeadas pela FUNARBE como: *Sede, Casa de Arreios, Paiol, Curral, Quarto de Arreios, Depósito de Grãos, Baias de Ordenha, Silo, Escola ou Casa do Porteiro, e Cemitério*. Assim, algumas famílias moram em algumas dessas edificações, outras em casas de alvenaria e a maioria em barracas construídas com diversos materiais, tais como: lona, bambu, madeira e placas de metal. A precariedade das moradias deixa as pessoas a mercê das condições climáticas.

O Dois de Julho, mesmo depois de 15 anos de ocupação, ainda apresenta feição de acampamento. O processo de regulamentação do assentamento está em andamento. Na *Planta de Anteprojeto de Parcelamento/Delimitação de Reserva Legal*, material que compõe o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), elaborado por técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), consta a divisão de 63 lotes no Dois de Julho, com áreas que variam de 4 a 10 ha; duas áreas comunitárias, que compreendem o núcleo histórico do assentamento (área das edificações da antiga fazenda); e áreas de reserva legal, de reserva florestal e de preservação ambiental permanente. De acordo com relato do coordenador do assentamento, por enquanto, 49 famílias serão assentadas, mas ainda se encontra em andamento a análise da documentação de outras 14 famílias para a ocupação de todos os lotes. Nem todas as famílias residem e trabalham no assentamento. Percebemos que as diferentes formas de organização, provocadas pela situação de lentidão no processo de assentamento das famílias, são motivo de tensões entre os sujeitos.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

A pesquisa desenvolve-se a partir da abordagem qualitativa (FLICK, 2009). Nessa abordagem, interessa-nos o pressuposto de que as perspectivas dos sujeitos participantes da pesquisa, seus conhecimentos, experiências e vivências em determinados contextos possam ser investigados. Situada nesse quadro de referência, a história oral é a metodologia⁷ que julgamos adequada para desenvolver a investigação. Na história oral, as entrevistas são consideradas o centro da pesquisa, conforme salienta Meihy e Holanda (2011):

Trata-se de centralizar os testemunhos como ponto fundamental, privilegiado, básico, das análises. História oral como metodologia implica formular as entrevistas como um epicentro da pesquisa. Tudo giraria em torno delas, que atuariam como força centrífuga das preocupações. (MEIHY; HOLANDA, 2011, p. 72)

⁶ O período de construção das edificações não tem data exata: "A sede da Fazenda, em estilo colonial, deve ter sido construída no final do século XIX e vem sofrendo um intenso processo de degradação [...]" (FUNARBE, 2011, p. 6).

⁷ Há debates sobre o *status* da história oral. Ferreira e Amado (2005) explicitam os argumentos dos que a utilizam de três formas, como técnica, disciplina e metodologia. Já Meihy e Holanda (2011) acrescentam mais duas possibilidades de uso da história oral, como ferramenta e forma de saber.

Os autores destacam também que é necessário considerar uma série de procedimentos, que vão desde a elaboração do projeto de pesquisa em história oral à realização das entrevistas, seu tratamento, conferência com os entrevistados, devolução aos entrevistados e arquivamento. Trabalhada como metodologia, a história oral implica uma discussão teórica acerca do conceito de memória, visto que os sujeitos, ao narrarem suas experiências, recorrem às suas lembranças, que são constituídas a partir da relação que estabelecem com os grupos dos quais fazem parte. Halbwachs (2006) discute que há tantas imbricações entre memória individual e memória coletiva que se pode admitir a impossibilidade de uma memória estritamente individual, sendo “que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69).

As lembranças expressas nas narrativas dos sujeitos não são imagens intactas do passado, mas sim reconstruções desse passado a partir da vivência no presente. Sobre esse aspecto, Halbwachs (2006, p. 91) comenta que “[...] a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada”.

Ao considerar esse pressuposto de que a memória é reconstruída na relação com nossos grupos de referência, interrogamos: em que medida a participação nas lutas pela terra e pelo direito à educação possibilita a reconstrução das memórias dos adultos e idosos do assentamento Dois de Julho na sua relação com o trabalho? Que lembranças emergem quando os sujeitos falam de suas experiências de trabalho? Além dos grupos como imprescindíveis à constituição da memória coletiva, Halbwachs (2006) destaca o tempo e o espaço como suportes da memória e de construções também coletivas. Então, quais são as relações com o tempo e com o espaço quando os adultos e idosos falam de suas experiências de trabalho? Essas questões acerca das relações com o trabalho não foram o foco principal da pesquisa. Contudo, ao longo do processo, foram evidenciando-se como ponto de encontro das trajetórias dos sujeitos da EJA.

Bosi (2003) chama atenção para a importância de recolhermos o máximo de informações possível sobre os sujeitos da pesquisa antes de realizar as entrevistas. A partir dessa orientação, consideramos fundamental fazer incursões ao assentamento para aproximarmos-nos dos sujeitos e conhecermos a dinâmica local. A primeira incursão ao campo foi em dezembro de 2012 e as outras ocorreram durante o ano de 2013, num total de 16 incursões. Nesses momentos, foram feitas observações, participação em reuniões, visitas às casas dos moradores do assentamento e às áreas de produção. Durante toda a pesquisa de campo, foram produzidas “notas de campo” (GIBBS, 2009) tanto no decorrer do período de permanência no assentamento quanto logo após, seja no traslado de Betim a Belo Horizonte ou em casa. As notas foram fundamentais para a produção e a análise dos dados da pesquisa.

Para mapear e construir o perfil dos sujeitos que participaram das turmas de EJA no assentamento, foram utilizadas fichas de identificação, compostas pelos seguintes itens: dados pessoais, inserção no MST, participação em organizações/

movimentos sociais, trabalho e escolaridade. 24 pessoas preencheram as fichas, entre as quais havia 13 mulheres e 11 homens, com idades entre 33 a 77 anos. O aprofundamento em algumas histórias dos adultos e idosos foi feito mediante a realização de entrevistas de história oral temática (MEIHY; HOLANDA, 2011), por possibilitarem provocações temáticas acerca das trajetórias dos sujeitos. Desse modo, destacamos como pontos de interesse: a escolarização na infância e na adolescência, a inserção no MST, a inserção em turmas de EJA no assentamento e em outros contextos. As entrevistas foram realizadas em julho de 2013, com oito pessoas, quatro homens e quatro mulheres, com idades entre 44 e 77 anos. Sete entrevistas foram realizadas individualmente e uma com um casal. Destas, três foram gravadas em áudio e vídeo e quatro apenas em áudio. Esse material foi transcrito de forma literal, textualizado⁸ e, no primeiro semestre de 2014, foi apresentado e lido para os sujeitos para conferência, validação e autorização de uso das narrativas na pesquisa. Essa prática de tratamento das entrevistas e suas implicações na relação pesquisador/entrevistador e entrevistado é compreendida como um processo de colaboração (MEIHY; HOLANDA, 2011; MEIHY; RIBEIRO, 2011). Desse modo, o entrevistado não é apenas um mero informante na pesquisa e muito menos objeto. Ele assume a posição de colaborador, aquele que partilha, em relação de colaboração, o trabalho com o pesquisador. Meihy e Ribeiro (2011, p. 23) pontuam que o “entrevistado ‘doa’, livremente, sua experiência em troca de registros de cunho amplo”. O processo de colaboração inicia-se no momento em que o colaborador aceita participar da pesquisa e é efetivado na conferência da entrevista textualizada e em sua posterior validação para publicização. Os colaboradores são: Adão, 56 anos; Demiciana Edna, 44 anos; Maria de Lourdes, 64 anos; Rosilene⁹, 53 anos; José Emídio, 68 anos; José Alves, 64 anos; Abel, 77 anos e Geralda, 74 anos.

As entrevistas foram analisadas a partir das orientações de Gibbs (2009) sobre “codificação e categorização temáticas” e “análise de biografias e narrativas”. Realizamos a leitura das entrevistas na forma impressa com o objetivo de identificar os temas mencionados pelos colaboradores; as categorias recorrentes; a estrutura das narrativas com a delimitação de início, meio e fim; os eventos, personagens e espaços citados; as metáforas utilizadas pelos colaboradores; as histórias autônomas e subtramas que atravessavam as narrativas. Em outro momento, fizemos o resumo da estrutura de todas as narrativas e identificamos os pontos que conectavam uma entrevista a outra e os pontos divergentes. Desse modo, constatamos que a categoria trabalho constituiu-se em ponto comum de todas as narrativas.

O TRABALHO NO CAMPO COMO ENTRELAÇAMENTO DAS TRAJETÓRIAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Eu já trabalhava com cinco anos de idade, ajudava minha mãe apanhar café, trabalhava na roça. Estudar, estudava, mas pouquinho e falhava mais por causa de serviço. Tinha

⁸ O processo de textualização tem como objetivo organizar a transcrição de modo a torná-la mais acessível ao leitor, com adequação quanto às normas gramaticais e ortográficas e eliminação de palavras que só fazem sentido no momento da entrevista. No entanto, optou-se por manter as marcações referentes às normas de transcrição adotadas por Dionísio (2009).

⁹ Rosilene é um nome fictício. No contexto da pesquisa, apenas essa colaboradora preferiu não revelar o nome verdadeiro.

que trabalhar para ajudar os pais porque meu pai era muito doente. Com sete anos de idade eu já trabalhava para ganhar dinheiro dos outros. Depois eu saí da escola, do grupo. (José Alves)

O trabalho é uma experiência fundante na vida dos colaboradores. José Alves não é o único a mencionar a precoce inserção no mundo do trabalho. A roça é, nesse contexto, o espaço de produção da vida, de cultura, de conhecimento e de opressão. A colheita de café não era feita na propriedade da família de José Alves, mas sim numa fazenda cujo proprietário recrutava trabalhadores temporários. As trajetórias dos sujeitos da pesquisa revelam-nos aspectos das configurações do trabalho no campo e suas relações com a educação. Quais são as especificidades do trabalho no campo e dos trabalhadores do Dois de Julho? Que vínculos podem ser estabelecidos entre as dimensões do trabalho e da educação a partir das trajetórias dos sujeitos?

A inserção no trabalho rural desde a infância é recorrente nas narrativas de sete dos oito colaboradores da pesquisa. O trabalho precoce é apontado pelos sujeitos como justificativa para a não frequência à escola ou para a interrupção dos estudos. Nesse aspecto, as trajetórias dos colaboradores são semelhantes às relatadas na pesquisa de Silva (2010) com oito educandos do Projeto Educação, Campo e Consciência Cidadã, em Tumiritinga, Região Vale do Rio Doce:

São relatos que revelam como o trabalho, no universo de vida dos homens e mulheres no meio rural, é um aspecto marcante na vida dos educandos e presente em seus cotidianos desde as mais tenras idades, contribuindo para a inexistência de uma delimitação cronológica entre as fases da infância, adolescência e vida adulta. Assim, desde cedo submetidos ao mundo do trabalho, consideram que tiveram a infância marcada pela necessidade de ajudar a família nas tarefas domésticas e no processo de produção agrícola. (SILVA, 2010, p. 72)

Qual é o lugar do estudo frente às necessidades imediatas de sobrevivência? Rizzini (1999) destaca que a participação de crianças no mundo do trabalho é motivada pela pobreza de suas famílias e que as impede de frequentar escola. Para a autora, trabalhar, muitas vezes, significa garantir a sobrevivência do núcleo familiar. De acordo com Oliveira e Henriques (2010), a pobreza no meio rural, razão que justificaria o êxodo rural, resulta da confluência de um conjunto de fatores, entre os quais se destaca a concentração fundiária:

A dominância da grande propriedade; o processo de modernização impulsionado pela ação do governo, que aumenta a produtividade do trabalho e reduz a capacidade de absorção da mão-de-obra nas áreas de fronteira; a sobrevivência, em certas áreas, do latifúndio tradicional; a própria desarticulação das relações latifúndio-minifúndio; a pobreza das massas rurais; a superexploração, a proibição dos sindicatos, a ausência de políticas sociais no campo – todos esses fatores resultaram num êxodo rural espantoso. (OLIVEIRA; HENRIQUES, 2010, p. 7)

De acordo com os autores, esses fatores emergem como determinantes da miséria no Brasil. Um dos resultados da combinação dessa série de fatores é a rápida urbanização ocorrida no Brasil num curto período de tempo. Os 24 sujeitos pesquisados trazem a marca do êxodo rural. Expulsos de seus locais de origem, em decorrência das precárias oportunidades de trabalho e acesso a direitos sociais básicos, instalaram-se nos bairros industriais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, produzindo o que podemos chamar de uma “inclusão precária”

(MARTINS, 2009) na cidade. José Emídio apresenta-nos a compreensão da vivência no contexto rural e o que justificou sua migração:

É: porque: eu ficava pensando assim “gente, esse negócio de: roça, esse trem não”... lá ((em Santa Maria do Suaçuí)) era um troço sem futuro. Era sem futuro mesmo porque a gente trabalhava nas terras dos outros. Na época, trabalhava em fazendas dos outros, a gente plantava. (...) Então, não tinha como a gente aprumar não. Nessas alturas eu já tinha casado e tudo. Um dia eu pensei e falei “quer saber de uma coisa, eu vou é: largar esse trem para o lado”. Tinha um primo meu que morava aqui. Ele falou comigo “vamos embora para lá, vamos para Belo Horizonte que eu vou arrumar um serviço para você”. Eu pensei e falei com minha mulher, nessa época eu já tinha três filhos, falei “oh, você fica aí que eu vou. Vou arrumar um serviço lá. Assim que eu arrumar um serviço e começar a trabalhar, eu: venho te buscar”. Dei tanta sorte, menina, que eu cheguei aqui numa semana, na outra eu estava trabalhando. E: aí fui lá, busquei meu pessoal. Dei muita sorte. Entrei numa firma e trabalhei nela até aposentar. (José Emídio).

José Emídio trabalhou como metalúrgico em Betim durante 25 anos. Por isso, ele avalia como sorte ter permanecido tantos anos em uma mesma empresa. Nem todos os colaboradores tiveram essa “sorte”. A inclusão precária no meio urbano e no mundo do trabalho produz como forte marca a mobilidade espacial, ou seja, os deslocamentos, iniciados nas cidades de origem em busca de trabalho, não se encerram para alguns sujeitos. Esse fenômeno é evidenciado de forma contundente na entrevista de Adão:

(...) rodei esse mundo todo de meu Deus... São Paulo, Rio, Paraná, Porto Alegre, Bahia, Belém do Pará, São Felix do Xingu... Isso tudo eu rodei; aí que vim parar aqui ((no assentamento Dois de Julho)). Eu comecei na Petrobras em 1986, numa empreiteira. Só que não ficava aqui direto. Sempre estava desempregado, aparecia um serviço para fora e eu saía um ano, oito meses (...). (Adão)

Oliveira e Henriques (2010), ao analisarem a reprodução da pobreza no Brasil, apontam três principais determinantes: “a maneira como foi encaminhada a questão agrária, a especificidade do mercado de trabalho e a natureza das políticas sociais consideradas em seus traços histórico-estruturais” (OLIVEIRA; HENRIQUES, 2010, p. 7). Nesse cenário, os deslocamentos de Adão podem ser interpretados a partir das características da formação do mercado de trabalho no Brasil, que, apesar do dinamismo do desenvolvimento econômico e industrial, não conseguiu absorver completamente, no mercado formal, a grande massa da população da cidade por conta da velocidade do processo de migração.

Com a não inserção no mercado de trabalho formal, os sujeitos buscam alternativas. Nesse aspecto, Rosilene oferece-nos elementos para a compreensão das dificuldades enfrentadas pelas famílias que têm esse perfil. Depois que se casou, a colaboradora parou de trabalhar fora de casa para cuidar dos filhos. Ela e o marido decidiram, então, montar o próprio negócio.

Depois do bar foi sacolão e ferro velho. Tudo eu já mexi (...). Trabalhamos muito e os meus meninos também. Os meus meninos foram criados debaixo do balcão. A mais velha tinha problema de bronquite. Eram quinze dias em casa e o resto do mês no hospital. Depois veio o outro, o segundo. Esse aí já não tinha problema nenhum, mas onde eu ia, eu levava, minha filha. Morava distante, um pedacinho do bar para lá um pouquinho. Ele ((faz referência ao marido)) levava os dois, arrastando os dois. Quando dormiam, nós colocávamos eles na espuminha que ficava debaixo do balcão. E assim foi. O que teve vida melhor foi o mais novo que nunca passou essa dificuldade, porque o outro começou a trabalhar cedo também, acho que com sete anos, oito anos ele já não ajudava no bar, no ferro velho. (Rosilene)

Na narrativa, evidencia-se que as trajetórias dos filhos das famílias populares não se diferenciam muito das trajetórias de seus pais, porque trazem como elementos comuns a inserção precoce no mundo do trabalho. A migração para a cidade foi vivenciada pelos sujeitos da pesquisa em busca de trabalho, de melhores condições de vida, de garantia de direitos sociais para si e para os filhos. O que nos resta a pensar diante de um quadro tão complexo que envolve a urbanização e as lutas por direitos sociais interdependentes? Que a expropriação da terra produz lugares precários na cidade para as famílias de origem rural. Concordamos com Arroyo (2012b, p. 87), quando ele afirma que “terra é mais do que terra. Terra é vida, trabalho, é disputa entre processos civilizatórios”.

O TRABALHO NO DOIS DE JULHO: O RETORNO À TERRA E SUA DIMENSÃO FORMATIVA

No assentamento são desenvolvidas atividades de criação de animais de pequeno porte, como porcos e galinhas, além de cultivo de hortas nos fundos das moradias. Algumas pessoas trabalham com apicultura. Próximo ao largo central do assentamento, há um lote, denominado “Coletivo das mulheres”, onde é feito o cultivo de feijão e quiabo. Em áreas mais distantes das barracas, há criação de gado, cavalo e cultivo de mandioca, milho, quiabo, feijão, inhame e batata.

A forma arcaica de cultivo gera insegurança nos trabalhadores que dependem das condições climáticas para produzir, como salientado por Adão:

Agora, por exemplo, entre nós está demarcando. Pode plantar tudo naquele pedaço que for para gente. Esse ano ((2013)) mesmo, se Deus quiser, eu vou plantar umas cem mudas de banana. Só para começar ((sorri)). É eu começando. Até aquelas beiradas de córrego, beira do mato, porque lá nós não temos irrigação. Então, é difícil demais. Não tem jeito de comprar motor para fazer irrigação.(...) O feijão que plantei lá era para colher uns dez sacos a mais, uns cento e vinte quilos de feijão. (...) Não vou colher, se eu colher, vai ser uns quatro sacos. (Adão)

A produção é voltada para o autoconsumo e a comercialização. Em virtude de uma parceria firmada entre a Prefeitura de Betim e o assentamento, os produtos são vendidos para os restaurantes populares de Betim, asilos, escolas, creches e abrigos. Outra parte é direcionada a sacolões, mercados e pessoas interessadas. O coordenador do assentamento relatou que a comercialização dos produtos foi viabilizada com a criação, há quatro anos, da Associação dos Trabalhadores Rurais Pré-Assentamento Dois de Julho.

Alguns colaboradores criticam a mudança da administração da prefeitura de Betim e seus efeitos para o escoamento da produção. A narrativa de Adão explicita sua preocupação em relação à prefeitura: “Eu vendo bastante. Inclusive para secretaria de Betim. Só que depois que a Maria do Carmo perdeu ((filiada ao PT)) para o Carlaile ((filiado ao PSDB)) esse ano nós não vendemos nada. Agora que eles vão entrando e compra direto com nós aqui” (Adão). A oscilação da quantidade de produtos vendidos e dos preços das mercadorias afeta a produção no assentamento, gerando insegurança nos trabalhadores, tanto no que diz respeito ao investimento no tamanho da área produzida quanto em relação ao número de diaristas a mobilizar no período de colheita.

As relações entre as formas de morar e trabalhar no Dois de Julho trazem implicações para as configurações das relações de trabalho. A tradicional organização da produção

camponesa, baseada no trabalho dos membros da família – marido, esposa e filhos –, é reconfigurada em função da relação entre o assentamento e a cidade de Betim. “Por enquanto, minha esposa/ ((enquanto não)) dividi a terra para fazer a casa mesmo, para morar, não vem não. Eu estou aqui desde 2005 sozinho” (Adão). O colaborador expressa a situação de alguns homens que moram no assentamento, cujas esposas e filhos moram na cidade. Há casos de famílias em que o casal vive no assentamento e os filhos na cidade e outras em que os filhos, crianças e adolescentes, moram no assentamento. Mesmo quando é o caso de os filhos jovens e adultos morarem no assentamento, percebemos que a produção agrícola fica sob a responsabilidade dos pais, visto que esses filhos trabalham no meio urbano.

Diante dessa situação, percebe-se que os trabalhadores buscam basicamente duas alternativas. Uma é trabalhar com outro companheiro do assentamento, como relata José Emídio: “a gente ((ele e José Alves)) trabalha junto desde quando viemos para cá, nós tocamos serviço juntos” (José Emídio). Há uma espécie de permuta da dupla dos dias de trabalho na área de produção de um e do outro. Outra é o pagamento de diaristas que, em alguns casos, são os próprios moradores do assentamento, ou membros da família que moram em área urbana e conhecidos¹⁰.

A diversidade de formas de viver e produzir no assentamento não está isenta de tensões. Durante a pesquisa de campo, presenciamos discussões acirradas nas reuniões e conflitos entre os sujeitos. Duas famílias preferiam morar afastadas do “Núcleo histórico” e outra construiu uma casa de alvenaria às margens da rodovia MG-050, do lado oposto a todas as moradias do assentamento. No Dois de Julho, deparamo-nos com uma realidade complexa que nos desafia a pensar na configuração de assentamentos próximos a grandes centros urbanos. No contexto de nossa pesquisa, é possível indagar: que políticas de produção e educação devem ser desenvolvidas em assentamentos como o Dois de Julho?

AS ATIVIDADES DE TRABALHO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO

As relações entre trabalho e educação estão presentes nas entrevistas de todos os colaboradores. Contudo, as narrativas das colaboradoras chamam atenção para alguns aspectos que entrelaçam suas trajetórias e as diferenciam das trajetórias dos homens. Revelam as imagens construídas historicamente sobre as mulheres e seus lugares sociais, que têm implicações em seus percursos de escolarização e em suas atividades de trabalho. Geralda destaca a condição de opressão vivenciada por ela diante a proibição dos pais para estudar, fato também mencionado por Maria de Lourdes, quando diz de sua relação com o pai:

Então, meu pai, que era muito carrasco, não abria muito mão da gente. Ele não deixava a gente ir ((para escola)), até o motivo que a gente era os pés e as mãos dele para trabalhar na roça e porque também era a distância. Ele não deixava. Ele...principalmente eu, como eu era a mais velha dos meus irmãos, então ele segurava muito a gente para a gente não sair, que tinha aquela coisa, aquele cuidado. Não podia sair. Na minha época eu namorei e casei. (Maria de Lourdes)

¹⁰ A situação descrita assemelha-se aos dados da pesquisa de Maria N. B. Wanderley (2009), “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste).

A condição da mulher é explicitada quando a colaboradora usa a expressão “principalmente eu”. A inserção precoce no mundo do trabalho é comum aos irmãos, mas o tratamento dispensado a ela é diferenciado. A relação da mulher com os estudos é marcada por questões culturais, como salienta Magalhães (2006), ao discutir em sua pesquisa a história de Mariana – migrante nordestina e moradora da cidade de Paranoá-DF: “As razões que impediram Mariana de aprender a ler e escrever estão ligadas ao contexto de cultura, isto é, aos valores socioculturais atribuídos à escrita em muitos povoados e cidades pequenas do Brasil” (MAGALHÃES, 2006, p. 221). Tomando como referência o trabalho de Del Priore¹¹, Magalhães (2006, p. 221) completa: “As tradições destas comunidades, ainda bastante arraigadas, lembrando a época colonial, reservavam para a mulher um papel centrado no lar, no casamento e na procriação”.

As particularidades das trajetórias das mulheres não se fazem presentes apenas no âmbito da escolarização. A divisão sexual tem implicações no mundo do trabalho e é isso que percebemos ao analisarmos as atividades de trabalho desenvolvidas pelas 13 mulheres pesquisadas. Tais atividades, tanto dentro quanto fora do assentamento Dois de Julho, estão mais ligadas ao cuidado, à organização, ao espaço e ao trabalho doméstico e às atividades menos qualificadas. Entre as atividades exercidas dentro do assentamento, destacam-se as de “dona de casa”, produção de varetas de bambu para fabricação de pipas, cultivo de hortaliças e de culturas na área do Coletivo de Mulheres e a apicultura. Desse modo, percebemos que algumas características estão arraigadas em nossa cultura. Michelle Perrot (2001), em uma abordagem histórica, traz contribuições para refletirmos sobre esse fato:

O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro. A participação feminina no trabalho assalariado é temporária, credenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não-qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas. (PERROT, 2001, p. 186-187).

As características apontadas pela autora estão presentes no assentamento, como observado na pesquisa de campo, e o dossiê sobre o Dois de Julho reforça essa perspectiva ao afirmar que o cuidado com a lavoura e com os animais de grande porte, por um lado, é realizado principalmente por homens. Por outro lado,

às mulheres cabe o cuidado doméstico com os filhos, as refeições, as pequenas criações, a horta caseira e a guarda do barraco durante o dia. Essa divisão sexual do trabalho só é quebrada nos períodos de trabalho mais intenso, tal como no plantio e na colheita, quando a demanda por braços é maior. (FUNARBE, 2011, p. 87-88).

Na ficha de identificação, no item trabalho, as mulheres não mencionam as atividades que executavam na infância e na adolescência; apenas nas entrevistas com as quatro colaboradoras são oferecidas informações acerca desse período de suas vidas. Percebemos ainda que três colaboradoras nomeiam como trabalho atividades desenvolvidas na infância e na adolescência. Somente Demiciana Edna utiliza, em alguns momentos, o termo “ajuda” como sinônimo da palavra trabalho:

¹¹ Cf. Del Priore, 1993.

“Depois que eu saí ((do Hospital das Clínicas)), depois de um ano, eu não retornei para escola não. Fui ajudar meu pai e minha mãe e dois irmãos, que era no interior. Meu pai tomava conta de fazenda, era vaqueiro” (DEMÍCIANA EDNA). Amorim (2009) e Magalhães (2006) ressaltam que uso da palavra “ajuda” é recorrente ao se referir ao trabalho feminino. Isso revela-nos que, devido às funções e papéis sociais atribuídos historicamente ao homem e à mulher, muitas vezes as atividades produtivas desenvolvidas por elas não são reconhecidas/legitimadas como trabalho.

A forma de algumas colaboradoras nomearem o trabalho doméstico como trabalho em “casa de família” chama atenção e merece ser discutida. Qual é o modelo de família e de casa contido nessa expressão? Supomos que o modelo de família em questão seja o nuclear, formado por pai, mãe e filhos. No entanto, nem sempre é esse o modelo presente nas famílias das mulheres pesquisadas. Os arranjos familiares no assentamento incluem filhos, netos, irmãos, noras e genros dessas mulheres, entre outros graus de parentesco. As barracas no assentamento acomodam uma família ampliada, que não condiz com o modelo da família nuclear. Os diversos arranjos familiares implicam também atividades exercidas pelas mulheres que responderam serem atualmente donas de casa. Observamos, na pesquisa de campo, que algumas dessas mulheres, além dos cuidados dispensados a suas barracas, são responsáveis pelo cuidado dos netos enquanto seus filhos trabalham na cidade.

A diferenciação das atividades produtivas desempenhadas por homens e mulheres perdura no assentamento. A constatação dessa situação não é suficiente para, em princípio, afirmarmos um lugar de submissão e opressão da mulher. As colaboradoras nos provocam a refletir sobre as formas de reinvenção de seus lugares sociais a partir da participação em atividades organizativas do movimento social e sobre as implicações que essa reinvenção possa apresentar para os processos de escolarização das mulheres do campo.

VÍNCULOS ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO DOIS DE JULHO

Na perspectiva de nossos colaboradores, a fazenda é mencionada como espaço de trabalho na infância e na juventude. Mudar-se para a cidade foi o horizonte que vislumbraram para outras formas de trabalho e produção da vida. Percebemos que o retorno à terra é vivenciado de forma ambígua pelos sujeitos, visto que nem todos moram e trabalham no assentamento. É possível notar a partir das narrativas que, mesmo diante das incertezas, na luta pela terra há processos educativos que os reposicionam como sujeitos políticos e de direitos.

O acesso e a posse da terra são um dos grandes problemas no Brasil. São fator de expulsão da população do campo para os centros urbanos. A histórica dinâmica de apropriação-expropriação da terra é considerada por Arroyo (2012a) uma das pedagogias mais radicais de produção de subalternos. Elas são “pedagogias de subalternização/opressão” produzidas desde a empreitada colonizadora, que têm como objetivo a desumanização. Essas são pedagogias que tendem a impedir o ser humano de alcançar sua “vocação ontológica e histórica de *ser mais*” (FREIRE, 2013, p. 72, grifo do autor).

Os processos de desumanização revelam sua face cruel em sua relação com o mundo do trabalho. Analisado apenas sob essa perspectiva da precarização, da coisificação

do ser humano, dos processos produtivos e da expropriação do trabalhador, tendemos a ressaltar as negatividades do trabalho e, desse modo, ocultar suas virtualidades. Sobre esse aspecto, Frigotto e Ciavatta (2012) comentam:

[...] o trabalho humano não é pura negatividade. Mesmo o escravo, ainda que não reconhecido como tal e tomado como um animal, como um meio de produção, é um ser humano que não se reduz a objeto e cria realidade humana. Não fosse assim, teria sido impossível superar as relações escravocratas e feudais, e o capitalismo seria eterno. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 748-749)

A capacidade de criação do ser humano e a busca da superação das relações opressoras constituem o que Arroyo (2012a) denomina de “pedagogias de resistência/emancipação”. Se homens e mulheres experimentam em seus cotidianos pedagogias no trabalho que tentam retirar-lhes a humanidade, que processos educativos são construídos por esses sujeitos ao vivenciarem a resistência a essa lógica? Quais processos educativos são revelados pelos colaboradores no retorno do trabalho na terra no contexto de luta pela reforma agrária?

A terra é considerada por Arroyo (2012b) central para a compreensão das relações trabalho no campo e educação. Os vínculos com a terra, que foram interrompidos para maioria dos 24 sujeitos ainda na infância e juventude, foram retomados a partir da participação no MST. A história do assentamento Dois de Julho oferece-nos elementos para refletirmos sobre o retorno dos trabalhadores a terra e como suas condições de produção podem ser um dos motivos para a constância da mobilidade espacial presente nas trajetórias dos sujeitos pesquisados.

Partir da perspectiva dos sujeitos para interrogar o campo trabalho-educação é uma recomendação feita por Arroyo (1998) aos pesquisadores da área da educação visando ao aprofundamento dos processos educativos presentes no trabalho:

Estamos sugerindo que não fiquemos apenas interrogando o mundo do trabalho, que não dialoguemos apenas com a produção nesse campo, que não continuemos reafirmando como um pressuposto epistemológico que o trabalho é princípio educativo. A sugestão é no sentido de dar centralidade também à pesquisa e à reflexão teórica no campo da educação, que de fato seja nosso objeto, e não um pressuposto sempre repetido, pouco conhecido e aprofundado. Sugiro que nos encontremos com outros profissionais que pesquisam e teorizam nesse campo trazendo nossa contribuição teórica para a compreensão da educação a partir de seus vínculos com o trabalho. Temos de reconhecer que o destaque ficou na pesquisa dos processos produtivos, entretanto temos contribuições valiosas para melhor compreensão dos processos educativos e dos vínculos entre ambos. (ARROYO, 1998, p. 142).

A vivência do trabalho no assentamento pode ser percebida como um processo educativo para os sujeitos da pesquisa porque interroga a propriedade privada e, nas narrativas, apresenta-se como expressão da autonomia. Essa perspectiva é evidenciada por José Emídio quando perguntado sobre o significado de voltar a trabalhar na terra depois de tantos anos:

Nossa, mas é bom demais, menina ((sorri)). E: você não vê a hora passar. Você sabe o que é bom? É que ninguém te manda. Você faz o que quer, fala o que quer, planta o que quer. Como se diz, não tem patrão ((sorri))... Ai eu gosto... Lá você vê a fartura. Todo ano eu e o Baixinho ((faz referência a José Alves)) plantamos horta, mas nesse ano

a gente não plantou. Aquilo você chega lá e tem couve, alface, almeirão, pimentão, jiló, tomate. A gente colhe de tudo. É aquela fartura. Não dá para ganhar muito dinheiro, mas dá para... a gente salvar até um troco... Quando vem gente de fora, aqueles conhecidos, vizinhos lá, você colhe uma sacolada de trem, o pessoal sai satisfeito. A gente fica satisfeito também (...). (José Emídio)

É emocionante ouvir a expressão de José Emídio: “ninguém te manda”. O que significa isso para o trabalhador? A leitura do colaborador sobre o trabalho no assentamento é a de que, na luta pela terra, os trabalhadores vão se constituindo sujeitos de direitos. Nesse sentido, a terra não é compreendida apenas como propriedade. Ela adquire um sentido profundo quando percebemos, a partir das experiências dos sujeitos, que “terra é mais do que terra” (ARROYO, 2012b); é o direito à vida e à palavra: “fala o que quer”.

A metáfora da terra como sonho a ser realizado é mencionada em vários momentos por Maria de Lourdes, que também ressalta a relação com o tempo de produção como um momento prazeroso. Prazer e sonho alimentam a esperança da colaboradora de ver seu lote dividido:

Eu pensava muito. Eu ficava pensando “ai, meu Deus, a gente vai ficar aqui, vai ficar... até quando. Talvez a gente não vai realizar esse sonho e nem mesmo de ver a terra da gente. Pensava eu ((sorri)). Mas hoje eu já estou vendo que Deus já está dando tudo aquilo que a gente pensava, que era a gente ter um pedacinho de terra para plantar e ter ali aonde você pode passar o dia. Que o seu trabalho é um dia que você passa o dia inteiro e você nem vê. Que nós trabalhávamos, íamos para roça. É uma alegria que você trabalha e não sente que está trabalhando. É uma alegria da gente viver na roça ali plantando, colhendo. Ter as coisas da gente. (Maria de Lourdes)

A terra sonhada, de trabalho e de viver, é a terra produtora da aproximação entre o campo e a cidade. Ao falar da comercialização dos produtos do assentamento, Adão ressalta a parceria com a Prefeitura:

A secretaria lá quando compra, compra bastante. O milho verde mesmo ano passado ((2012)) nós vendemos bastante para Maria do Carmo. Só de milho eu vendi mil e seiscentos e oitenta reais de milho (...). Acho que foi quarenta sacos de milho. Acho que pagaram dois reais o quilo com a palha e tudo. Nunca vendi milho nesse preço. (Adão)

A canalização dos produtos do assentamento, via política pública, possibilitando a distribuição dos produtos agrícolas para escolas, asilos, creches e abrigos, mostramos que as relações de produção não se conectam apenas ao circuito do mercado. Desse modo, a luta pela terra alimenta outros sujeitos que estão na cidade lutando pelo direito à vida. Nesse fragmento, é possível perceber como outro aprendizado o reconhecimento do poder público como instância que deve estar com os trabalhadores na construção de políticas que viabilizem a reforma agrária.

As “pedagogias de resistência/emancipação” presentes nas entrevistas são indícios de que, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no assentamento, é o trabalho nesse espaço que reposiciona esses colaboradores como sujeitos políticos que lutam pelo direito à vida. Dessa forma, os processos formativos do trabalho emergem num contexto de luta. Por meio das narrativas dos colaboradores, identificamos que não há desvinculação entre terra e trabalho, e que o entrelaçamento dessas dimensões apresenta processos educativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra que a vivência no assentamento é formativa para os sujeitos investigados, visto que tem sido compreendida não só como expressão da luta pelo direito à terra, mas também de produção da vida. Mesmo quando direcionamos as questões das entrevistas para trajetórias de escolarização, são as relações com o trabalho que aparecem com recorrência como ponto de encontro das narrativas. Percebe-se, então, que esse aspecto é fundamental para refletirmos a EJA do Campo. Retornar à terra, no contexto da reforma agrária, atualiza, na vida dos sujeitos, a luta por direitos sociais básicos, entre eles, o direito à educação.

Os processos de escolarização interrompidos em vários momentos das vidas dos sujeitos são retomados no assentamento. Nas narrativas não é demarcada a divisão entre a história do assentamento e a constituição da EJA, revelando que os sujeitos percebem no processo de luta um dos objetivos do MST, que é a presença da escola em todos os acampamentos e assentamentos do movimento. As entrevistas evidenciam também que a participação no movimento tem possibilitado a reconstrução das memórias dos sujeitos sobre suas trajetórias de vida, despertando o desejo de aprender e, assim, fazer parte da construção da EJA. No caso das mulheres, o engajamento em atividades organizativas no assentamento, como observado na pesquisa de campo, tem contribuído para a ampliação da participação delas em espaços de poder, evidenciando para elas novos contornos da condição feminina.

Consideramos que a EJA do campo, quando articulada aos processos formativos possibilitados na relação com o trabalho e com a dinâmica do movimento social, tem um arsenal riquíssimo para a compreensão tanto das trajetórias de vida dos sujeitos quanto de saberes que podem ser mobilizados em sala de aula. A combinação desses ingredientes tende a alterar a relação que os sujeitos da EJA venham a estabelecer com o conhecimento escolar sistematizado em conceitos, à medida que possibilita que novos conteúdos ocupem o centro do processo de ensino-aprendizagem, despertando nesses sujeitos o desejo de saber para viver melhor.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, E. S. Camponesas e educadoras em assentamentos da reforma agrária. In: _____. **Trajетória educacional de mulheres em assentamentos de reforma agrária na Região Tocantina – MA**. Florianópolis: Mulheres; São Luís: EDUFMA, 2009. p. 113-138.
- ARROYO, M. Trabalho: educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 138-165.
- ARROYO, M.I. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012a.
- ARROYO, M. G. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 81-93, set./dez. 2012b.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

DEL PRIORE, M.. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

DIONÍSIO, Â. P. Análise da conversação. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. v. 2, p. 69-99.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 748-755.

FUNARBE. **Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico do Assentamento Dois de Julho**. Betim, 2011. Disponível em: <http://www.betim.mg.gov.br/patrimoniocultural/bens_tombados_e_inventariados>. Acesso em: 14 mai. 2013

GIBBS, Granham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa qualitativa).

HALBWACHS, M.. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MAGALHÃES, Izabel. Práticas discursivas de letramento: a construção da identidade em relatos de mulheres. In: KLEIMAN, Â. B. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 201-235.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

MEIHY, J. C. S. B; HOLANDA, F. **História Oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, J. C. S. B; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, C. A. B.; HENRIQUE, W. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. In: GIMENEZ, D. M.; GONÇALVES, J. R. B. **Carta social e do trabalho**. Campinas, n. 11, p. 2-11, jul./set. 2010.

PERROT, M. A mulher popular rebelde. In: PERROT, M. (Org.). **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 185-212.

RIZZINI, I.. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 376-406.

SILVA, L. H. Representações sociais e trajetórias escolares de jovens e adultos assentados do Projeto Educação, Campo e Consciência Cidadã. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 1, n. 1, p. 66-81, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/1117>>. Acesso em: 02 out. 2013.

WANDERLEY, Maria N. B. "Morar e trabalhar": o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, J. S. **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p 201-244.

Data da submissão: 28/02/2016

Data da aprovação: 04/07/2016